2.4

Fernando Peixinho & Associado - SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO EM 30 de junho de 2026

MUNICIPO DE MIRANDA DO DOURO

Índice

INTRODUÇÃO 2

CONTROLO INTERNO 2

NOTAS SOBRE O CONTEÚDO DAS CONTAS A 30 DE JUNHO, TRABALHOS EFETUADOS E RESPETIVAS CONCLUSÕES 4

BALANÇO 4

EVOLUÇÃO DOS GASTOS E RENDIMENTOS 6

ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 7

FUNDOS DISPONÍVEIS 7

ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA A 30 DE JUNHO DE 2026 8

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto nº 120 - 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt. 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419

Ex.mos Senhores

Membros da Assembleia Municipal de Miranda do Douro

Membros do Executivo Municipal de Miranda do Douro

Introdução

Nos termos legais e regulamentares procedemos à análise das contas do 1.º semestre de 2026 com o objetivo de interpretar a evolução dos principais agregados económico-financeiros, de forma a apresentarmos uma análise mais detalhada da situação financeira e patrimonial do Município. Nesta conformidade, e de acordo com a metodologia e modelo de análise por nós seguido, o desenvolvimento do nosso trabalho vai procurar cumprir os seguintes objetivos:

1. Análise da evolução patrimonial e financeira do Município no decurso do 1.º semestre (balanço)
2. Notas sobre o conteúdo das diferentes rubricas do plano de contas em 30 de junho de 2026, o trabalho efetuado e as principais conclusões
3. Análise comparativa da evolução dos principais agregados de gastos e rendimentos, em relação ao período homólogo de 2025;
4. Análise dos desvios verificados em relação aos gastos e rendimentos realizados no corrente ano;
5. Análise da execução orçamental; e
6. Análise económico-financeira à data de 30 de junho de 2026.

Controlo Interno

Do acompanhamento que fizemos quanto à evolução do sistema de controlo interno anotamos as seguintes situações:

i. Reiteramos a sugestão de ser implementado o procedimento das contagens físicas ao Caixa, pelo menos com uma periodicidade trimestral, das quais fossem lavrados autos de contagem dos montantes sob responsabilidade do Tesoureiro, devidamente assinados pelos seus intervenientes, de modo a ficar evidência da realização do procedimento, para além de, como estabelece o manual de procedimentos e de controlo interno, dever existir um fundo fixo de caixa sujeito a conferências regulares e a reposições de carácter mensal;

ii. No que concerne ao controlo do ativo fixo tangível registamos o facto da Secção do Património continuar a não proceder à verificação física periódica dos bens do ativo fixo tangível, de modo a controlar a permanência e integridade desses bens em poder do Município. Com efeito, o ativo

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5/6, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto nº 120 - 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt. 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410

fixo tangível é uma área com grande significado material e, nessa conformidade, implica a existência de medidas de controlo interno específicas, que garantam a fiabilidade dos valores constantes nas contas do Município e a integridade dos bens registados e que são propriedade do Município.

iii. Reiteramos o facto de o Município não possuir mapas de imputação de gastos de obras por administração direta, ou seja, a mensuração de todos os inputs utilizados, implicando o seu não reconhecimento e valorização e, também, a falta de registo contabilístico dos trabalhos efetuados pela própria Entidade, o que se traduz na subavaliação de ativos e de resultados, apesar de já ter sido implementada a contabilidade de gestão mas ainda com muitas insuficiências no seu funcionamento e na produção da informação relevante;

iv. Neste contexto, anotamos, também, o facto de, não obstante do art.º 4 do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro estabelecer a obrigatoriedade de implementar o sistema de contabilidade de gestão e o mesmo se encontrar formalmente implementado, existirem os seguintes aspetos que reduzem a eficácia dos seus objetivos:

- Apenas os custos com matérias-primas estão a ser imputados diretamente às atividades e/ou funções;
- O uso/utilização de máquinas está configurado, mas os serviços não estão a imputar esses custos aos produtos/serviços como custos diretos, ou seja, não são relevados para efeito de determinação do custo do produto (obra) ou do serviço prestado;
- O custo hora da mão-de-obra está calculado, mas também não está a ser imputado às atividades/serviços; e
- Todos os serviços estão configurados na aplicação de gestão de atividades.

Daqui resulta uma subavaliação dos ativos e dos resultados e uma insuficiência da informação considerada relevante para a valorização do custo das obras (administração direta) e dos serviços prestados.

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto nº 120 - 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt. 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410

Notas sobre o conteúdo das contas a 30 de junho, trabalhos efetuados e respetivas conclusões

Balanço

ATIVO	30.06.2026	31.12.2025	Variação	% Variação
Ativo Não Corrente				
Ativos fixos tangíveis	41 339 616,94	41 068 790,74	270 826,20	0,66
Propriedades de investimento	705 625,77	739 845,36	-34 219,59	-4,63
Ativos intangíveis	18 147,55	24 983,51	-6 835,96	-27,36
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	351 903,50	351 903,50	0,00	0,00
Total do ativo não corrente	**42 415 293,76**	**42 185 523,11**	**229 770,65**	**0,54**
Ativo Corrente				
Inventários	158 038,02	156 565,81	1 472,21	0,94
Devedores por transferências e subsídios não reembolsaveis	522 825,45	522 825,45	0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	128 692,06	127 874,16	817,90	0,64
Estado e outros entes públicos	65 734,36	57 101,48	8 632,88	15,12
Outros créditos a receber	300 523,71	814 099,94	-513 576,23	-63,09
Diferimentos	0,00	9 423,23	-9 423,23	-100,00
Caixa e depósitos bancários	2 677 013,01	2 484 256,54	192 756,47	7,76
Total do ativo corrente	**3 852 826,61**	**4 172 146,61**	**-319 320,00**	**-7,65**
Total do Ativo	**46 268 120,37**	**46 357 669,72**	**-89 549,35**	**-0,19**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Património Líquido				
Património/Capital	22 266 893,98	22 266 893,98	0,00	0,00
Reservas	931 882,04	931 882,04	0,00	0,00
Resultados transitados	-705 138,75	1 469 534,52	-2 174 673,27	-147,98
Outras variações no património líquido	21 393 532,83	20 084 522,17	1 309 010,66	6,52
	43 887 170,10	**44 752 832,71**	**-865 662,61**	**-1,93**
Resultado líquido do período	-1 250 334,82	-2 381 598,68	1 131 263,86	-47,50
Total do Capital Próprio	**42 636 835,28**	**42 371 234,03**	**265 601,25**	**0,63**
Passivo				
Passivo Não Corrente				
Provisões	187 174,50	187 174,50	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	1 030 010,99	1 177 984,17	-147 973,18	-12,56
Diferimentos		32 117,94	-32 117,94	-100,00
Outras dívidas a pagar	693 356,47	595 574,32	97 782,15	16,42
Total do passivo não corrente	**1 910 541,96**	**1 992 850,93**	**-82 308,97**	**-4,13**
Passivo Corrente				
Credores por transfs e subsidios não reemb	0,00	2 240,00	-2 240,00	-100,00
Fornecedores	11 971,65	88 465,80	-76 494,15	-86,47
Adiantamentos de clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	201 493,50	172 012,59	29 480,91	17,14
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	984 581,05	1 207 635,82	-223 054,77	-18,47
Diferimentos	522 696,93	523 230,55	-533,62	-0,10
Total do passivo corrente	**1 720 743,13**	**1 993 584,76**	**-272 841,63**	**-13,69**
Total do Passivo	**3 631 285,09**	**3 986 435,69**	**-355 150,60**	**-8,91**
Total do Capital Próprio e Passivo	**46 268 120,37**	**46 357 669,72**	**-89 549,35**	**-0,19**

Da avaliação que fazemos quanto à evolução do balanço, o qual reflete a estrutura financeira da entidade e a composição do património, assinalamos os seguintes aspetos:

a) No decurso do 1.º semestre houve alguns investimentos como se evidencia no gráfico abaixo, embora de reduzida expressão material;

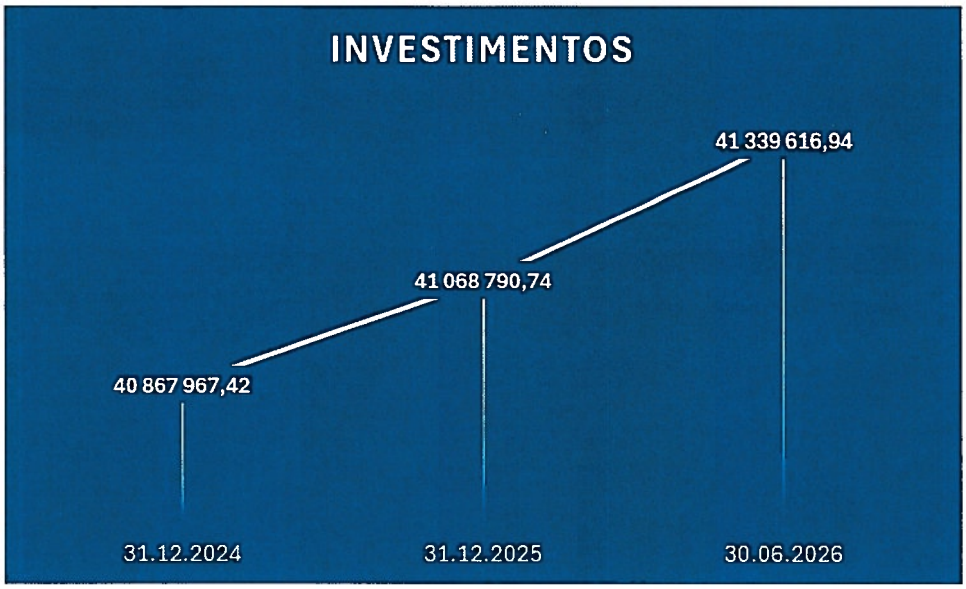
b) Do ponto de vista financeiro o ativo corrente é superior ao passivo corrente em € 2.132.083,48, o que consubstancia uma situação financeira robusta;

c) Verifica-se que os níveis de solvabilidade e de autonomia financeira, mesmo ponderando o ativo fixo tangível, refletem uma situação de equilíbrio financeiro de médio e longo prazo; e

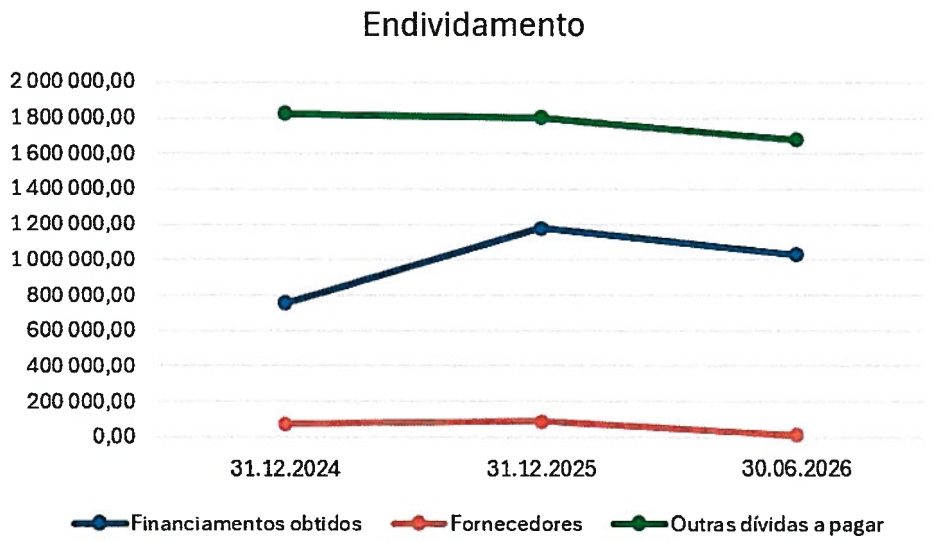
d) O financiamento em instituições financeiras apresenta uma tendência de redução, sendo em 30.06.2026 de € 1.030.010,99, como se pode verificar no gráfico que se apresenta na página seguinte.

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto nº 120 - 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt. 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 20161441

Evolução dos Investimentos



Evolução do Endividamento



1 – Meios Financeiros Líquidos

Em relação ao "Caixa" foram feitos testes de verificação dos saldos da folha do caixa e não detetamos qualquer divergência entre os valores inscritos nos registos e os valores em cofre que, de resto, validámos através de procedimentos analíticos feitos à data a que nos foi possível efetuar esses testes.

Relativamente aos "depósitos em instituições financeiras" procedemos à verificação das reconciliações bancárias preparadas pelo Município, o que nos permitiu concluir que todas as contas bancárias estão adequadamente conciliadas.

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto nº 120 - 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt. 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410

Face a 31-12-2025 na rubrica "Caixa e Depósitos bancários" verifica-se um aumento de € 192.756,47, apresentando um saldo de € 2.677.013,01 em 30-06-2026.

2 – Contas a receber e a pagar

Da análise efetuada às diversas rubricas da classe 2 – Contas a receber e a pagar, anotamos o seguinte:

- ✓ 24 – EOEP, esta rubrica inclui todas as relações financeiras que o Município tem com o Administração Central/Autoridade Tributária, Caixa Geral de Aposentações, ADSE e Segurança Social, nomeadamente, no que concerne à retenção de impostos e às contribuições resultantes do pagamento de remunerações. Verificámos que os impostos e taxas referentes ao primeiro semestre foram pagos pontualmente, ou seja, dentro dos prazos estipulados na lei; e
- ✓ "Financiamentos obtidos", houve uma diminuição do saldo em dívida, que passou de € 1.117.984,17 em 31 de dezembro de 2025 para € 1.030.010,99 em 30 de junho de 2026.

4 - Investimentos

Da análise a que procedemos verificámos que as principais variações desta rubrica ocorreram nas rubricas "432 – Edifícios e Outras Construções" e "453 - Ativos fixos tangíveis em curso de bens de domínio público" com um aumento de € 1.340.059,62 e uma diminuição de € 1.105.061,73, respetivamente face a dezembro de 2025. Dos testes substantivos, de detalhe, realizados não foram detetadas distorções materiais, ou seja, damos como verificada a asserção mensuração.

Evolução dos gastos e rendimentos

Da análise à evolução dos gastos e rendimentos, constantes do ao quadro abaixo, sublinhamos os seguintes aspetos:

- ✓ O total dos rendimentos registou um aumento de € 35.468,86 com referência ao período homólogo de 2025, sendo na rubrica "75 – Transferências e Subsídios Correntes Obtidos" onde houve a maior variação, com um aumento de € 47.453,88.
- ✓ Relativamente aos gastos registou-se um acréscimo global de € 125.350,88, sendo a maior variação na rubrica "63 – Gastos com o Pessoal" com um aumento de € 237.635,30 face ao período homologo de 2025.
- ✓ Apesar do resultado apurado a 30.06.2026 ser negativo em € 1.250.334,52, o cash-flow (meios libertos) reportado ao mesmo período é negativo em, apenas, € 48.446,82.

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto nº 120 - 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt. 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410

RENDIMENTOS E GASTOS	30.06.2026	30.06.2025	Variação	% Variação
Impostos, contribuições e taxas	243 707,61	414 965,78	-171 258,17	-41,27
Vendas	125 726,18	136 394,14	-10 667,96	-7,82
Prestações de serviços e concessões	405 068,49	386 190,25	18 878,24	4,89
Transferências e subsídios correntes obtidos	5 223 567,59	5 176 113,71	47 453,88	0,92
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	-286 433,82	-239 116,99	47 316,83	-19,79
Fornecimentos e serviços externos	-2 354 857,72	-2 528 255,70	-173 397,98	-6,86
Gastos com o pessoal	-3 276 458,85	-3 038 823,55	237 635,30	7,82
Transferências e subsídios concedidos	-1 179 496,99	-1 064 228,58	115 268,41	10,83
Outros rendimentos	1 181 995,86	1 030 932,99	151 062,87	14,65
Outros gastos	-116 749,46	-87 900,64	28 848,82	32,82
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	**-33 931,11**	**186 271,41**	**-152 340,30**	**-81,78**
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1 201 887,70	-1 328 265,52	-126 377,82	-9,51
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)	**-1 235 818,81**	**-1 141 994,11**	**93 824,70**	**-8,22**
Juros e gastos similares suportados	-14 515,71	-18 458,39	-3 942,68	-21,36
Resultado antes de impostos	**-1 250 334,52**	**-1 160 452,50**	**89 882,02**	**-7,75**
Imposto sobre o rendimento do período	0,00		0,00	0,00
Resultado Líquido do Período	**-1 250 334,52**	**-1 160 452,50**	**89 882,02**	**7,75**

Análise à execução orçamental

À data de 30 de junho de 2026 a execução orçamental do Município correspondia aos seguintes valores:

Rubricas	Valores Absolutos		Prev/Exec
	Previsão	Execução	%
1 - Saldo Inicial	1 668 276,28	1 668 276,28	100,00%
2 - Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	0,00%
3 - Receita Corrente	16 388 607,24	7 455 721,25	45,49%
4 - Despesa Corrente	17 134 570,63	7 363 188,31	42,97%
5 - Receita de Capital	12 607 457,41	1 748 279,19	13,87%
6 - Despesa de Capital	13 529 770,30	1 752 563,41	12,95%
7 - Receita Total (1+2+3+5)	30 664 340,93	10 872 276,72	35,46%
8 - Depesa Total (4+6)	30 664 340,93	9 115 751,72	29,73%

Do quadro acima verifica-se que a execução orçamental não põe em causa o princípio do equilíbrio orçamental, uma vez que a receita corrente efetivamente cobrada foi superior à despesa corrente realizada no mesmo período.

Em síntese, verificámos que a execução orçamental global, relativa ao período em análise, ficou, aproximadamente, em 32,59% o que nos leva a concluir que o nível de execução orçamental está aquém das projeções da despesa e da receita constantes do orçamento aprovado para 2026.

Fundos Disponíveis

Da análise efetuada aos mapas de Fundos Disponíveis enviados para a DGAL através da plataforma do portal Autárquico – SISAL, não apuramos diferenças entre os fundos disponíveis constantes da aplicação

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto nº 120 - 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt. 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410

SNC-AP e os fundos disponíveis enviados para a DGAL via SISAL. Verificámos, ainda, a concordância com os valores extraídos dos mapas do SNC-AP, assim como, no mês de junho apresentava Fundos Disponíveis iniciais no montante de € 2.241.312,11, o que demonstra o cumprimento do previsto no n.º 1 do art.º 5º da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro, como se pode verificar no quadro abaixo:

FUNDOS DISPONIVEIS (valores em Euros)

Teste aos Fundos Disponiveis SISAL vs SNC-AP

Mês	Dados Reportados no SISAL	Dados Extraidos do SNC-AP	Diferença SIIAL vs SNC-AP
Janeiro	12 781 870,78	12 781 870,78	-
Fevereiro	2 410 997,68	2 410 997,68	-
Março	2 056 548,05	2 056 548,05	-
Abril	2 485 178,82	2 485 178,82	-
Maio	2 241 051,98	2 241 051,98	-
Junho	2 241 312,11	2 241 312,11	-

Análise económico – financeira a 30 de junho de 2026

Com base no trabalho que realizámos verificamos que a estrutura financeira do Município de Miranda do Douro apresenta indicadores de equilíbrio financeiro posicionados dentro dos limites considerados normais para a manutenção do normal funcionamento da atividade financeira do Município e da sua sustentabilidade. Registamos o facto de o endividamento às entidades financeiras ter diminuído € 147.973,18 face a 31 de dezembro de 2025 e, globalmente, o passivo, ter diminuído € 272.841,63.

De assinalar que, no decurso do primeiro semestre de 2026 a evolução da exploração evidenciou uma tendência desfavorável, consubstanciada num aumento dos rendimentos de € 35.468,86 e num aumento dos gastos em € 125.350,88, originando um resultado líquido de exploração negativo de € 1.250.334,52 e de um cash-flow (meios libertos) negativo de € 48.446,82, denotando uma estrutura financeira frágil.

Bragança, 24 de agosto de 2026

Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues, ROC nº 1047,
registado na CMVM com o n.º 2016-0660
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & Associado, Lda.
registada na CMVM com o n.º 2016-1419

SEDE: Rua Calouste Gulbenkian, n.º 169 - 7.º H5, 4150-145 Lordelo do Ouro e Massarelos - Porto
DELEGAÇÃO 1: Rua do Loreto nº 120 - 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 - E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO 2: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt. 5100-093 Lamego - Tel.: 254 656 211 - E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 10.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410

ATA EM MINUTA N.º 19/2026

(Contém 12 páginas)

---------- No dia dezoito de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, pelas nove horas e trinta minutos, nesta cidade de Miranda do Douro, no edifício dos Paços do Concelho, na sala de reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal, sob a presidência da Presidente da Câmara Municipal, Helena Maria da Silva Ventura Barril, com a presença do Vice-Presidente, António Nuno Marcos Rodrigues, e dos Vereadores Vítor Manuel Vaz Bernardo e António José Fernandes Ribeiro. ----------

---------- A Vereadora Ana Sofia Ortega não esteve presente na reunião por motivos de ordem familiar e a sua falta foi considerada justificada. ----------

---------- A reunião foi secretariada por Maria La-Salete da Costa Cunha, Assistente Técnica, designada Oficial Público, ao abrigo da alínea b), do n.º 2, do art.º 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por despacho da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, datado de 03 de novembro de 2025. ----------

I - APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

---------- **10. "Relatório de acompanhamento em 30 de junho de 2026 – Município de Miranda do Douro - Fernando Peixinho e Associado, Lda."** ----------

---------- O Órgão Executivo do Município deliberou, por unanimidade, aprovar o relatório de acompanhamento em 30 de junho de 2026, apresentado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Fernando Peixinho & Associados – SROC, Lda., assim como submeter o assunto à digníssima Assembleia Municipal. ----------

ENCERRAMENTO

---------- Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram dez horas e trinta e seis minutos, pelo que de tudo para constar se lavrou a presente ata em minuta, que vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, na qualidade de secretária redatora. ----

Maria da Salete Cerveira

2.4

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 18 DE SETEMBRO DE 2026

ATA EM MINUTA N.º 6/2026

(CONTÉM 11 PÁGINAS)

Por convocatória do Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Velho Ferreira, datada de nove de setembro de dois mil e vinte e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no miniauditório municipal, pelas catorze horas do dia dezoito de setembro de dois mil e vinte e seis, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ordem de trabalhos:

1. Período antes da ordem do dia:

1.1 Ata da reunião ordinária realizada no dia 29 de junho de 2026 – Apreciação e deliberação;

1.2 Ata da reunião extraordinária realizada no dia 10 de julho de 2026 – Apreciação e deliberação;

1.3 Informações – Apreciação.

2. Período da ordem do dia:

2.1 Adesão do Município à "Rede de Guardiãs da Natureza e do Desenvolvimento Sustentável do Mundo Rural" – Assunção de Compromisso Plurianual – Apreciação e deliberação;

2.2 Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2026/2027 – Apreciação;

2.3 Designação de um representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal de Educação do Concelho de Miranda do Douro – Nomeação de 1 (um) Presidente de Junta de Freguesia representante da Assembleia Municipal;

2.4 Relatório de Acompanhamento em 30 de junho de 2026 – Município de Miranda do Douro – Apreciação e deliberação;

2.5 Participação variável no IRS (Ano 2027) – Apreciação e deliberação;

2.6 Taxa Municipal de Direito de Passagem (Ano 2027) – Apreciação e deliberação;

2.7 Aplicação da Redução do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis); Familiar para 2026 – Apreciação e deliberação;

2.8 Derrama (Período de tributação de 2026) – Apreciação e deliberação;

2.9 Pedido de colocação de sinalização de trânsito – Junta de Freguesia de Palaçoulo – Apreciação e deliberação;

2.10 Informação a prestar pela Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal – Apreciação;

2.11 Outros assuntos.

3. Período de intervenção do Público.

Estiveram presentes os seguintes membros:

António Augusto Castro Carção; Alfredo Eduardo Argulho Alves; António Manuel Marques Santos; Priscila Salomé Ribeiro Oliveira; Maria Virgínia Lopes Preto; Camilo António Vaz das Neves Raposo; Bruno Filipe Lourenço Torrado; Zélia Martins, em substituição de Eduardo Luís Tiago Beça Sanches da Gama; Emanuel Pinto Bernardo; Cristina Maria Teles de Sousa Martins; Ana Isabel Gonçalves dos Reis, em substituição de Emanuel David Carção, Carolina Rodrigues Mesquita; Ricardo Nuno Jordão Coelho; Mário João Ferreira Vaz; António Marcos Ruano; Edite Dias Lopes; Micaela Raposo Fernandes da Igreja; José Oliveira, em substituição de Francisco José Carvalho Parreira; Álvaro Xavier Carvalho Rodrigues; António Jorge Jacoto Lourenço; Ricardo Jorge Raposo Lucas; Lísis Fernandes Gonçalves; José Francisco Gonçalves Ribeiro; Nélio Miguel Seixas; Luís Miguel Poço Santiago; e António Preto Mamede.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros: Pedro Velho Ferreira, Eduardo Luís Tiago Beça Sanches da Gama, Emanuel David Carção e Francisco José Carvalho Parreira, tendo sido consideradas justificadas as respetivas faltas.

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo:

Helena Maria da Silva Ventura Barril; António Nuno Marcos Rodrigues; e Vítor Manuel Vaz Bernardo.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros do Órgão Executivo: António José Fernandes Ribeiro; e Ana Sofia Fernandes Ortega.

Na impossibilidade do Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Velho Ferreira, presidir a esta reunião, devido a motivo inadiável de ordem profissional, e de acordo com o n.º 3, do artigo 46.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), que alude o seguinte: *"O presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º secretário e este pelo 2.º secretário."*,

os membros que desejassem intervir o fizessem, tendo-se inscrito os seguintes membros: Lísis Gonçalves, António Santos, e António Mamede.

Terminadas as intervenções, todos os membros presentes consideraram estar esclarecidos quanto a este assunto e conhecedores do teor do documento apresentado no âmbito do tópico supracitado.

Foi então dada continuação aos trabalhos, passando a abordar o ponto seguinte da ordem do dia.

2.3 Designação de um representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal de Educação do Concelho de Miranda do Douro - Nomeação de 1 (um) Presidente de Junta de Freguesia representante da Assembleia Municipal.

O **1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para que os membros que desejassem intervir o fizessem, e, não havendo inscrições, continuou propondo que fosse designada para integrar o Conselho Municipal de Educação do Concelho de Miranda do Douro a Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas, Micaela Raposo Fernandes da Igreja, atendendo a que já desempenha funções na área da Educação.

Não tendo sido indicado outro membro, colocou esta proposta a votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos membros presentes designar para integrar o Conselho Municipal de Educação do Concelho de Miranda do Douro, a Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas, Micaela Raposo Fernandes da Igreja, em representação deste órgão deliberativo.

2.4 Relatório de Acompanhamento em 30 de junho de 2026 – Município de Miranda do Douro – Apreciação e Deliberação.

O **1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para que os membros que desejassem intervir o fizessem, verificando-se a inscrição dos seguintes membros: Lísis Gonçalves, Emanuel Bernardo, António Santos e António Carção.

Finalizadas as intervenções, foi posto este assunto a votação, tendo sido aprovado por maioria, o Relatório de acompanhamento em 30 de junho de 2026, respeitante ao Município de Miranda do Douro, apresentado pelo oficial único Fernando Peixinho e Associado, Ld.ª, por parte de vinte e dois dos membros desta assembleia, dos vinte e sete que estiveram presentes, com cinco abstenções dos seguintes membros: Lísis Gonçalves, Emanuel Bernardo, Carolina Mesquita, Virgínia Preto, e Alfredo Alves.

2.5 Participação variável no IRS (Ano 2027) - Apreciação e deliberação.

O **1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para que os membros que quisessem intervir o fizessem, inscrevendo-se os membros seguintes: António Carção, Alfredo Alves, e António Santos.

Nada mais havendo a tratar, o 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal deu por concluída a reunião eram dezassete horas e vinte e três minutos.

O 1.º Secretário da Assembleia Municipal,

O 2.º Secretário da Assembleia Municipal,

A Secretaria Redatora,